



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA JURÍDICA

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone/Fax (043) 3478 1145

LEI Nº. 1143/2017
Data 20/04/2017

Sumula: Dispõe sobre o valor das obrigações de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal e Artigo 13 § 2º da Lei 12.153/2009, e adota outras providencias.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LUNARDELLI,
ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO
MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º. – É considerada de pequeno valor, para fins do disposto no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal e artigo 13, § 2º da Lei 12.153/2009, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado que tenha condenado o Município de Lunardelli, suas autarquias ou fundações, em processo de cujo contraditório o ente publico tenha feito parte, cujo total atualizado, englobando principal, custas e despesas processuais, em relação a cada credor apontado na requisição ou certidão de pequeno valor, não seja superior ao valor do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de sessenta dias, contado da apresentação de requerimento ou ofício à entidade devedora, a ser recebido no protocolo geral para encaminhamento ao departamento de finanças, instruído com a Requisição/Certidão de pequeno valor (RPV/CPV) original, expedida pelo Cartório ou Secretaria competente, demonstrando o transito em julgado do processo judicial respectivo, a discriminação dos valores devidos, bem como, a inexistência de expedição de precatório requisitório ou de outra RPV/CPV para o mesmo crédito em questão.

Paragrafo Único – O credor que renunciar expressamente ao que exceder o valor mencionado no artigo 1º desta Lei, poderá receber seu credito como obrigação de pequeno valor, nos termos dos artigos anteriores

Art. 3º - O limite previsto no artigo 1º desta lei não se aplica aos processos judiciais em curso com sentenças já transitadas em julgado.

Art. 4º - Nas ações ajuizadas até a vigência desta Lei, relativas a diferenças salariais de servidores públicos, cujo montante de cada credor não ultrapasse



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA JURÍDICA

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone/Fax (043) 3478 1145

o valor de 20 (vinte) salários mínimos vigentes, fica o Poder executivo autorizado a efetuar transação do debito e o pagamento parcelado do mesmo, mediante inclusão em folha de pagamento, não podendo o valor anual do parcelamento ser superior ao limite previsto no artigo 1º. Desta Lei.

Paragrafo Único – Implementado o pagamento do credito principal pela forma do caput deste artigo, o montante devido a titulo de custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, do processo de origem e das execuções ou, quando for o caso, dos embargos à execução dele decorrente, poderá ser agrupado para pagamento por meio de uma única requisição de Pequeno Valor, onde deverá constar a discriminação de cada credito individualmente considerado e os respectivos autos de origem.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º - Revoga as disposições em contrario.

2017.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lunardelli, 19 de abril de


REINALDO GROLA
PREFEITO MUNICIPAL

